

ARTIGO

O papel dos bancos na retomada econômica

Sérgio Rial

Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF)

O Brasil está diante de uma oportunidade rara. As condições estão dadas para que tenhamos ao menos dois anos de inflação sob controle e juros estruturalmente baixos, entre os menores da história. O mercado de capitais voltou a ser uma opção de financiamento e, com isso, a confiança dos investidores aumenta gradativamente.

Essa combinação de fatores aponta para um caminho muito claro, que é o retorno do capital produtivo ao País. Mas o que está em jogo para o Brasil não é só promover um novo ciclo de crescimento, é construir as bases de uma nova economia.

Neste momento, o papel do setor financeiro ganha importância na solução de alguns problemas estruturais de nossa sociedade. Os bancos precisam cumprir o seu papel principal: ajudar pessoas e empresas a progredir. É para isso que existimos.

Quando surgem os primeiros sinais de retomada, fica claro o que a sociedade espera dos bancos. Não nos esquivaremos do nosso compromisso. Fazemos isso quando emprestamos recursos de forma responsável e sustentável; quando nos preocupamos em atender às necessidades de microempreendedores; quando assumimos o papel de financiadores de projetos de infraestrutura; quando impulsionamos a retomada do mercado imobiliário.

Acreditava-se, em função da elevada carga de endividamento, que consumidores e empresas demorariam a buscar empréstimos no início do ciclo de recuperação da economia. Não precisa ser assim. No Brasil, os níveis de dívida como proporção à renda ainda são relativamente baixos quando comparados aos de países onde os juros são inferiores aos nossos.

Deveríamos nos preocupar, na verdade, com a carga financeira, que é o peso do custo do crédito em relação aos salários mensais das famílias, ou à geração de caixa das empresas. Dado que as dívidas são muito curtas, as reduções da taxa básica tendem a impactar positivamente, e muito rápido, essa relação entre os juros pagos e a renda.

Estimamos que a carga de juros sobre a renda mensal das famílias, por exemplo, cairá de 10,6%, como era oito meses atrás, para 8% em meados do ano que vem. É como se o indivíduo tivesse um aumento real de renda de quase 3%. O mesmo raciocínio vale para as empresas. O crescimento dos lucros, e também dos salários, ajudará a reduzir ainda mais esse percentual de carga financeira.

O setor financeiro está preparado para apoiar esse novo ciclo. Apesar de o País ter passado pela mais profunda recessão da história, não houve crise bancária. As instituições foram prudentes, mas também tomaram a frente e ofereceram alternativas de renegociação aos clientes, o que também impediu que o círculo vicioso da inadimplência se estabelecesse. Agora, que o pior já passou, as instituições financeiras estão sólidas o suficiente para oferecer empréstimos. E esse apoio será um fator importantíssimo para impulsionar crédito, consumo e investimentos daqui para frente.

EDITORIAL

Marcio Serôa de Araujo Coriolano
Presidente da CNseg



Dados até outubro, sem DPVAT, permitem estimar expansão de dois dígitos em 2017

Divulgados os dados de outubro, o desempenho do mercado de seguros do exercício de 2017 somente será conhecido por volta de março do ano que vem. Mas, ex-DPVAT, tudo indica que a taxa anual da arrecadação deverá superar, com certa folga, os 9,3% de 2016.

Observando os dados disponíveis até outubro em janelas móveis acumuladas de 12 meses, embora o ponteiro não se tenha mexido muito, a taxa de crescimento geral, também excluindo o DPVAT, passou para 9,7% (8,2% com DPVAT). Caso novembro e dezembro tenham, como é hábito, maior crescimento dos Planos de Acumulação VGBL e PGBL, o ano de 2017 terá encerrado com dois dígitos. Sem contar outros movimentos.

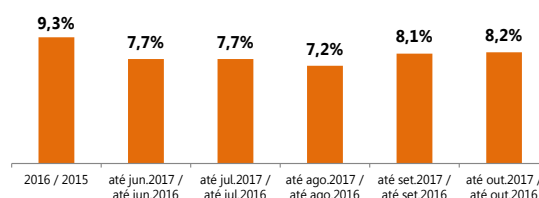
Os destaques até agora são os mesmos já comentados nos últimos Boletins: Crédito e Garantia (32,9%), Prestamista (22,0%), Rural (17,4%), Planos VGBL (12,6%), Habitacional (11,1%). O ramo de Automóveis começou o ano com 1,2% negativo e em outubro já tinha revertido a perda para 6,1% positivos.

Em números absolutos, todo o mercado supervisionado pela Susep acumulou em dez meses a cifra, em prêmios arrecadados, de R\$ 201,9 bilhões, apresentando patrimônio líquido de R\$ 95,8 bilhões. As provisões técnicas alcançaram R\$ 886,9 bilhões.

O professor Lauro Faria analisa os números em detalhes.

Boa leitura!

CRESCIMENTO NOMINAL DA ARRECADAÇÃO 12 MESES MÓVEL - MERCADO SUSEP



por Lauro Faria

Economista da Escola Nacional de Seguros

O ano de 2017 vai chegando ao fim e já se pode afirmar que os resultados são bastante favoráveis para o mercado de seguros, principalmente dado o ambiente de fraco crescimento que predomina nos demais setores da economia. No acumulado de janeiro a outubro, o total arrecadado pelo mercado na área de regulação da Susep, exceto DPVAT (cujo prêmio foi administrativamente reduzido em fins de 2016), somou R\$ 196,5 bilhões, crescimento de 8,3% sobre igual período de 2016. No cotejo de outubro de 2017 contra outubro de 2016, tal arrecadação teve aumento maior, de 15,7%, mostrando aceleração do crescimento do setor. E, na comparação com setembro, a taxa de acréscimo foi de 6,6%. Na área de regulação da ANS, o resultado é também positivo: a receita de contraprestações das operadoras de Saúde Suplementar somou R\$ 87,7 bilhões no acumulado do ano até junho passado, mostrando acréscimo de 10,7% sobre o primeiro semestre de 2016. No comparativo do 2º trimestre de 2017 contra igual trimestre de 2016, a taxa de expansão dessa variável foi positiva, mas pouco menor, de 9,9%.

Comparem-se tais resultados com os dados da economia como um todo e conclui-se que a recuperação do mercado de seguros foi sensivelmente superior à da maioria dos demais setores: para 2017, a mediana das expectativas de acréscimo do PIB real é, atualmente, de pouco menos de 1% e da inflação, de 3% (portanto, uma evolução da renda nacional de quase 4%, em termos nominais), significativamente abaixo da expansão esperada da arrecadação. Desagregando-se o total, observa-se que - com exceção dos prêmios diretos de DPVAT, que caíram 31,6% no acumulado de 2017 até outubro; dos aportes aos títulos de capitalização, com queda de 1,4%; e dos seguros marítimos e aeronáuticos, com queda de 13,3% - os demais grupos de seguros tiveram trajetória marcadamente positiva. Os prêmios diretos de coberturas de risco de Seguros de Pessoas aumentaram 12,5%; os aportes aos planos de acumulação, 8,9%; e os prêmios de seguros de Ramos Elementares (exceto DPVAT), 7,7%.

A recuperação generalizou-se também. Grupos de seguros cujas receitas de prêmios estavam retardadas em relação aos demais começaram a se expandir: esses são os casos de seguros de Responsabilidade Civil (+2,4% no acumulado de 2017 até outubro contra igual período de 2016), Transportes (+3,8%) e Patrimoniais (+5,2%), mostrando que a recuperação do mercado é para valer. No que se refere aos resultados globais das empresas, embora ainda sentindo os efeitos da crise econômica, as companhias seguradoras vão terminando 2017 com rentabilidades do capital investido em níveis superiores aos de muitos setores da economia nacional. Assim, na área de regulação da Susep, embora o lucro agregado das seguradoras tenha caído 6,4% no período de janeiro a outubro de 2017, contra igual período de 2016, as empresas conseguiram obter rentabilidade média do patrimônio líquido de 19,8% em 2017, uma taxa altamente positiva. Idem para as empresas de Capitalização, que tiveram no acumulado do ano forte queda do lucro agregado (-14%), mas, ainda assim, obtiveram, na média do setor, retorno sobre o capital, de 38,2% em 2017. Já as EAPC conseguiram alterar uma situação de retorno negativo sobre o patrimônio líquido (de -3,4%, no acumulado de 2016) para um retorno positivo de 11% no acumulado de 2017.

Isto posto, e dadas as previsões de retomada do crescimento econômico, estabilidade da taxa de juros e manutenção do controle da inflação em 2018, tudo indicaria ser este próximo ano de aceleração do crescimento da arrecadação do mercado de seguros. De fato, de acordo com o BCB, as expectativas atuais de crescimento do PIB real em 2018 são de 2,6% e de inflação, de 4%, logo, 6,6% de acréscimo esperado do PIB nominal. Além disso, na média de 2014 a 2017, houve aceleração da arrecadação do mercado de seguros em relação ao PIB nominal de cerca de 3%. Isto apontaria para uma taxa de crescimento de prêmios de mais de 9%.

Ocorre, porém, que 2018 é ano de eleições gerais, que, em razão da crise política atual, parecem das mais difíceis de prever o resultado. Há radicalização de posturas políticas e também incerteza sobre muitas candidaturas, algumas estranhas ao ambiente político. Uma possibilidade é termos algo parecido com 2002: a antecipação de grande probabilidade de vitória de uma candidatura entendida como antipática à economia de mercado produziu fuga de capitais e fez com que os resultados do final do ano discrepassem significativamente das expectativas existentes no final do ano anterior (2001). No que se refere à taxa de câmbio, por exemplo, a previsão era de R\$ 2,6 por dólar, mas a realização foi de R\$ 3,5 por dólar ao final de 2002; quanto à inflação (IPCA), a expectativa era de 4,7%, mas o ano terminou com 12,5%; no que se refere à taxa Selic, a expectativa no final de 2001 era de 17%, mas a taxa fechou o ano de 2002 em 25%; finalmente, em vez do crescimento esperado de 2,4% do PIB, a realização foi de 1,5% (na metodologia então vigente).

Assim, a previsão de aceleração do crescimento de receitas e lucros do mercado de seguros, que se poderia prever facilmente em condições de normalidade, deve ser tomada com mais cautela. O que, entretanto, parece certo é que: a) o mercado deve continuar no seu conjunto progredindo a taxas superiores às da renda nacional e b) setorialmente, devem ser mantidas as ordens de preferência reveladas pelos consumidores nos últimos anos, a saber, maiores taxas de expansão dos seguros de pessoas e dos seguros e planos de saúde vis-à-vis os Seguros Gerais (Ramos Elementares). A aceleração do mercado de seguros decorre, por um lado, do fato de que, globalmente, o seguro é um bem "superior", isto é, em geral, seu consumo cresce mais do que proporcionalmente ao aumento da renda. Em países emergentes como o Brasil, outro fator impele a procura por seguros: a população de tais países é cronicamente "subssegurada" seja porque falta oferta de seguros seja porque a oferta se materializa a preços acima do que população pode pagar. De todo modo, tal demanda reprimida ajuda a acelerar o mercado mesmo em fases de baixa do ciclo econômico.

No que se refere à ordem de preferências dos diversos grupos, está bem documentado no grupo de Seguros de Pessoas e no de planos e seguros de Saúde o impacto tanto de fatores econômicos de curto prazo, como renda, emprego, inflação, taxas de juros etc., como de fatores de longo prazo (distribuição de renda, razão de dependência, expectativa de vida, taxa de natalidade, escolaridade, religião, etc.) menos ligados ao ciclo econômico. Já o crescimento do grupo de Seguros Gerais é mais dependente de fatores macroeconômicos como renda, desemprego, juros, inflação, investimentos etc., variáveis que se manterão relativamente problemáticas em 2018, como se pode facilmente deduzir.

DESEMPENHO DO MERCADO

Apenas supervisionadas Susep (em R\$ bilhões)		Até outubro		Variação	Variação
		2016	2017	nominal %	real %
1	Ramos Elementares	57,7	59,1	2,3%	-1,2%
1.1	Automóvel	26,0	27,9	7,1%	3,4%
1.2	DPVAT	7,9	5,4	-31,6%	-34,0%
1.3	Patrimonial	8,6	9,1	5,2%	1,6%
1.3.1	Massificados	6,0	6,5	7,6%	3,9%
1.3.2	Grandes Riscos	2,2	2,3	3,4%	-0,1%
1.3.3	Risco de Engenharia	0,3	0,3	-24,3%	-27,0%
1.4	Habitacional	2,8	3,1	10,7%	6,9%
1.5	Transportes	2,1	2,2	3,8%	0,3%
1.6	Crédito e Garantia	2,4	3,2	30,7%	26,2%
1.7	Garantia Estendida	2,1	2,2	5,2%	1,6%
1.8	Responsabilidade Civil	1,3	1,3	2,4%	-1,2%
1.9	Rural	3,0	3,5	15,7%	11,7%
1.10	Marítimos e Aeronáuticos	0,7	0,6	-13,3%	-16,3%
1.11	Outros	0,7	0,6	-16,7%	-19,6%
2	Coberturas de Pessoas	114,5	125,9	9,9%	6,2%
2.1	Planos de Risco	27,6	31,3	13,2%	9,3%
2.1.1	Seguro Coletivo	19,8	21,7	9,2%	5,5%
2.1.2	Seguro Individual	5,4	6,7	24,5%	20,2%
2.1.3	Planos Tradicionais	2,4	2,8	20,5%	16,3%
2.2	Planos de Acumulação	86,9	94,7	8,9%	5,2%
2.2.1	Família VGBL	79,9	86,9	8,7%	5,0%
2.2.2	Família PGBL	6,3	7,1	11,8%	7,9%
2.2.3	Planos Tradicionais	0,7	0,7	6,8%	3,1%
3	Capitalização	17,1	16,9	-1,4%	-4,8%
=1+2+3	Total	189,4	201,9	6,6%	2,9%
	Variação Nominal	7,8%	6,6%		

Fonte: Superintendência de Estudos e Projetos (SUESP) da CNseg

**Acesse. Ouça. Compartilhe. Curta.
Conecte-se com a CNseg!**


radio.cnseg.org.br

 /CNseg

 Canal Seguro

 CNseg

 @CNsegOficial